



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SERVIÇO DE CONTROLE DA LOGÍSTICA POLICIAL - SECOL/DPC/CGPLAM/DLOG/PF  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**POLÍCIA FEDERAL**

(Processo Administrativo nº [08200.006676/2023-67](#))

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Aquisição de 2.000 Pistolas 9mm Glock G17 Gen5 MOS, 1.300 Pistolas 9mm Glock G19 Gen5 MOS, 120 Pistolas 9mm Glock G43 e 120 Pistolas 9mm Glock G43X, novos, em perfeitas condições, na embalagem original da fábrica nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (US\$)	VALOR TOTAL (US\$)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	<b><u>GLOCK 17, Gen5 MOS ‘Safe Action’ pistola semi-automática:</u></b> <b>Unidade composta de:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• 1 GLOCK G17 Gen5 MOS (cal. 9 mm)</li><li>• incl. 4 carregadores com capacidade de 17 cartuchos</li><li>• Mira Luminosa (GNS Trítio)</li><li>• 1 municador rápido</li><li>• 1 kit de limpeza composto de vareta e escova</li><li>• 1 caixa plástica para o armazenamento e transporte</li><li>• 1 manual de instruções em português</li><li>• Gravação à direita do ferrolho: Brasão e sigla.</li></ul>	99830	Unidade	2.000	\$495,00	US\$ 990.000,00	R\$ 2.445,30	R\$ 4.890.600,00
2	<b><u>GLOCK 19, Gen5 MOS ‘Safe Action’ pistola semi-automática:</u></b> <b>Unidade composta de:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• 1 GLOCK G19 Gen5 MOS (cal. 9 mm)</li><li>• incl. 4 carregadores com capacidade de 15 cartuchos</li><li>• Mira Luminosa (GNS Trítio)</li><li>• 1 municador rápido</li><li>• 1 kit de limpeza composto de vareta e escova</li><li>• 1 caixa plástica para o armazenamento e transporte</li><li>• 1 manual de instruções em português</li></ul>	99830	Unidade	1.300	\$495,00	US\$ 643.500,00	R\$ 2.445,30	R\$ 3.178.890,00

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (US\$)	VALOR TOTAL (US\$)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Gravação à direita do ferrolho: Brasão e sigla.</li> </ul>							
3	<b><u>GLOCK 43X, MOS 'Safe Action' pistola semi-automática:</u></b> <b>Unidade composta de:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>1 GLOCK G\$#X Gen5 MOS (cal. 9 mm)</li> <li>incl. 4 carregadores com capacidade de 10 cartuchos</li> <li>Mira Luminosa (GNS Trítio)</li> <li>1 municador rápido</li> <li>1 kit de limpeza composto de vareta e escova</li> <li>1 caixa plástica para o armazenamento e transporte</li> <li>1 manual de instruções em português</li> <li>Gravação à direita do ferrolho: Brasão e sigla.</li> </ul>	99830	Unidade	120	\$495,00	US\$ 59.400,00	R\$ 2.445,30	R\$ 293.436,00
4	<b><u>GLOCK 43, MOS 'Safe Action' pistola semi-automática:</u></b> <b>Unidade composta de:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>1 GLOCK G43 Gen5 MOS (cal. 9 mm)</li> <li>incl. 4 carregadores com capacidade de 6 cartuchos</li> <li>Mira Luminosa (GNS Trítio)</li> <li>1 municador rápido</li> <li>1 kit de limpeza composto de vareta e escova</li> <li>1 caixa plástica para o armazenamento e transporte</li> <li>1 manual de instruções em português</li> <li>Gravação à direita do ferrolho: Brasão e sigla.</li> </ul>	99830	Unidade	120	\$495,00	US\$ 59.400,00	R\$ 2.445,30	R\$ 293.436,00
<p align="center"><b>3.540 pistolas de variados modelos, com 04 carregadores cada.</b></p> <p align="center"><b>Obs: Direito de 1% sobre o total do contrato em peças de reposição. (Sem Valor Comercial) Incluso Curso de Armeiro</b></p> <p align="center">para efeito dessa tabela utilizou-se a cotação do dólar conforme <a href="https://www.bcb.gov.br/conversao">https://www.bcb.gov.br/conversao</a> , na data de 21/09/2023</p> <p align="center">USD 1,00 = R\$ 4,94, passível de variação da moeda norte americana na data da licitação.</p>								

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.2.1 A presente aquisição é pautada pelas diretrizes traçadas pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, pelo Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019, pelo Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019, pelo Decreto nº 11.615, de 21 de julho de 2023, pela Portaria nº 1.222, de 12 de agosto de 2019, do Ministério da Defesa/Comando do Exército, Norma Técnica-Senasp nº 001/2020, Decreto nº 24.602/1934, Portaria MJSP nº 104/2020, e Portaria nº 189-EME, 18 de agosto de 2020 e Portaria nº 1.729-EME, de 29 de outubro de 2019 e legislações correspondentes.

1.2.2 A marcação (brasonamento) deverá seguir o previsto no documento posição do Anexo IV - Posição do Brasão da PF ([31697772](#))

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) da data da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: [00394494000136-0-000009/2023];
- II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023;
- III) Id do item no PCA: 38;
- IV) Classe/Grupo: 1005 - ARMAS DE FOGO DE CALIBRE ATÉ 120MM;
- V) Identificador da Futura Contratação: 200334-258/2022.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Todo o material será adquirido considerando a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, Capítulo III, art. 5.º I, II, III e § 1.º, exceto aquele em que não se aplica a referida instrução.

a) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.1.2. Os equipamentos deverão ser fornecidos com GARANTIA TÉCNICA do FABRICANTE pelo período mínimo de 12 (doze) meses.

4.2 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### Garantia da contratação

4.3 Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

**Condições de Entrega**

5.1. *O prazo de entrega dos bens é de até 120 (cento e vinte) dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento, em remessa única, podendo ser prorrogado uma única vez, mediante justificativa formal da contratada e aceite da Administração Pública.*

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Academia Nacional de Polícia - ANP - (Rodovia DF-001, KM 02, Setor Habitacional, Taquari - Lago Norte, Brasília - DF, 71559-900).

**Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.5 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 10 anos (120 meses), contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5.1 Os bens em aquisição neste Projeto Básico deverão ter prazo de garantia mínimo de 10 (dez) anos ou 40.000 (quarenta mil) disparos.

5.5.2 As despesas relativas à movimentação de armamentos e demais componentes portadores de defeito de fabricação, dentro do país ou do Brasil para o país de origem e do país de origem para o Brasil, incluindo, mas não se limitando a fretes, tributos, seguros, "handling", taxas e emolumentos, bem como aquelas referentes ao envio das mesmas peças defeituosas para execução da garantia, durante o período de 10 (dez) anos, são de responsabilidade exclusiva da empresa.

5.5.3 O armamento deve estar apto ao uso de munições nacionais e importadas, com energia de no mínimo 627 joules, dentro do calibre especificado, bem como munição equivalente, e que atendam, no mínimo, às normas SAAMI Z 299.3-2015 (Dimensões, Pressão e Velocidade para pistolas de fogo central) e normas NATO (OTAN) AC/225 (LG/3- SG/1) D/14 + DISTR LG/3.

5.5.4 O produto deverá possuir acabamento de primeira linha, sem sinais de corrosão, imperfeições, rebarbas e/ou sobras de materiais, que evidenciem falta de qualidade no processo fabril, a fim de evitar ferimentos nos usuários, falhas de funcionamento e de procedimento;

5.5.5 Na manutenção de primeiro escalão (montagem e desmontagem), inclusive de carregadores, deverá ser de fácil realização pelo usuário, sem o uso de ferramentas, exceto o uso de saca-pino, bem como, sem a possibilidade de montagem equivocada de peças, assim, no caso desta possibilidade afetar a função e a segurança;

5.5.6 Todos os acessórios e peças de reposição, incorporados ou não, deverão estar adequadamente dimensionados a arma, tendo as mesmas características, qualidade e especificações requeridas nesta especificação para atenderem a finalidade a que se destinam.

5.5.7 A arma deverá ter capacidade de operação e disparos, sem o comprometimento da segurança, precisão do tiro e funcionamento da arma, após intercambialidade de 100% (cem por cento) das peças, em qualquer nível de desmontagem, nas condições constantes dos respectivos protocolos de testes previstos nas normas de referência.

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

#### Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

#### Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.9. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.9.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de referência e no Contrato;

6.9.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.9.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.9.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.9.5. designar uma Comissão especialmente para acompanhar e fiscalizar o recebimento dos materiais de uso policial, a ser indicado pela DLOG/PF, anotando em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regulamentação das faltas ou defeitos observados, sendo que as decisões e providências que ultrapassem sua competência deverão ser solicitadas em tempo hábil para adoção das medidas convenientes;

6.9.6. Não permitir o recebimento dos materiais de uso policial em desacordo com o preestabelecido.

#### Gestor do Contrato

- 6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

#### 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, da seguinte forma:

- 7.1.1 Em até 120 dias após emissão de ordem de fornecimento de bens, no seguinte endereço contida na Ordem de Fornecimento. Academia Nacional de Polícia - ANP - (Rodovia DF-001, KM 02, Setor Habitacional, Taquari - Lago Norte, Brasília - DF, 71559-900), sendo para tanto utilizado o INCOTERM DPU, sendo todos os custos da importação: seguro, frete, transporte, armazenagem, dentre outros da mercadoria até o destino serão custeados pela contratada. Estão inclusos os custos de armazenagem para o período no máximo (até 5 dias úteis) antes do desembaraço alfandegário utilizando o RADAR da PF.
- 7.1.2 A Polícia Federal ficará encarregada de realizar a escolta do transporte, desde que atendidas as condições mínimas de operacionalização, como estado de conservação do veículo da Contratada para o traslado, horário previsto, etc. para o trajeto: Aeroporto à Academia Nacional de Polícia (Rodovia DF 001 KM – 02 Setor Habitacional Taquari – Lago Norte – CEP: 71559-900 – Brasília DF). O Comando de Operações Táticas - COT/PF irá deliberar sobre tais condições;
- 7.1.3 Toda documentação deverá ser emitida em nome do Ministério da Justiça – Departamento de Polícia Federal – CNPJ: 00.394.494/0014-50, no seguinte endereço: SCN Q. 4, 5º Andar, Bloco C, Ed. Multibrasil Corporate - Edifício-Sede da Polícia Federal, - Bairro Asa Norte Brasília/DF CEP 70297-400, Telefone: (61) 2024-8510 E-mail: dpc.cgplam.dlog@pf.gov.br.
- 7.1.4 Todos os documentos necessários para o desembaraço aduaneiro dos produtos junto aos órgãos responsáveis deverão ser entregues sem ônus à Contratante no endereço referenciado neste item, observando a legislação vigente.
- 7.1.5 Os bens serão recebidos provisoriamente, na fábrica da empresa na Áustria, de forma sumária, no prazo de até 5 (cinco) dias, após a realização dos testes previstos no Anexo III - Protocolo de Testes Recebimento Provisório ([31697764](#)), sendo um protocolo SENASP completo para as pistolas Modelo G17 e um outro protocolo SENASP completo para as pistolas Modelo G19, por comissão de servidores desta EPC, Fiscalização e Instrutores, a ser definida em processo a parte, e, acaso aprovada, será confeccionado Termo de Recebimento Provisório e Autorização para Embarque; para efeito verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 7.1.6 No momento do recebimento definitivo, a empresa deverá apresentar Certificado de Conformidade (PCE), válido, emitido pela autoridade competente.

7.1.7 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.1.8 A contratada promoverá Curso de Armeiro para até 90 pessoas, divididos em até 03 (três) turmas, em diferentes localidades (capitais), durante a vigência contratual.

7.1.9 Os materiais de uso policial deverão ser novos, assim considerados de primeiro uso, em perfeitas condições de utilização, com garantia contra defeitos de fabricação, e deverão ser entregues na Academia Nacional de Polícia, conforme endereço especificado acima, acompanhados das respectivas Notas Fiscais;

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30(trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de crédito**

7.33. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.33.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.34. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.35. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).



7.36. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.37. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1 *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.*

8.1.1 De acordo com a Lei 14.133, a inexigibilidade na licitação se dá quando há impossibilidade de competição, podendo ser caracterizada tanto em casos de exclusividade do produto ou para serviço técnico em que haja inviabilidade de seleção de proposta mais vantajosa através de critérios objetivos, consistentes no esforço humano, de difícil comparação de forma que uma única fonte fornecedora é capaz de atender às necessidades da administração pública.

8.1.2 No caso de aquisições internacionais, a inexigibilidade pode ser aplicada quando se trata de bens ou serviços exclusivos de determinado país ou fornecedor estrangeiro que seja reconhecido pela administração pública como único capaz de fornecê-los. É importante ressaltar que a inexigibilidade só pode ser utilizada se houver justificativa técnica que comprove a exclusividade do produto ou serviço e a necessidade de sua aquisição pela administração pública. Além disso, é preciso seguir um processo de habilitação técnica do fornecedor estrangeiro, garantindo que ele atende aos requisitos técnicos e financeiros necessários para a prestação do serviço ou fornecimento do bem. Essa habilitação pode ser feita por meio de documentos emitidos pelo próprio país de origem do fornecedor, desde que sejam reconhecidos pelas autoridades brasileiras. Encontram-se aos autos, o Anexo Documento Representação e Procuração Glock ([31697799](#)) que contém a comprovação da exclusividade.

8.1.3 Para a definição das características técnicas do armamento de porte da PF foi estabelecido em 2006 Grupo de Trabalho, constituído pela Portaria nº 440/2006-DG/DPF, de 10 de outubro de 2006, publicada no [Boletim de Serviço nº 196, de 11 de outubro de 2006](#), com a incumbência de efetuar estudos visando à padronização de armamento a ser adotado na Polícia Federal. Tal grupo trouxe resultado dos estudos, laudos, perícias, pareceres técnicos, atestados e relatórios, consubstanciados no Processo nº 08200.027208/2007-14, recomendando a padronização do armamento leve de porte a ser utilizado no âmbito do Departamento de Polícia Federal. Foi citada a necessidade de que o armamento suporte intempéries climáticas, sempre aliando características de modernidade, poder de fogo, confiabilidade, rusticidade, durabilidade e fácil manutenção.

8.1.4 Desta forma, a Polícia Federal, por meio da [Portaria nº 458/2007- DG/PF, de 19/10/2007](#), publicada no BS nº 203, de 22 de outubro de 2007 e [DOU nº 208, de 29 de outubro de 2007](#), alterada pela Portaria DG/PF nº 16.733, de 19 de outubro de 2022 ([DOU nº 207, de 1 de novembro de 2022](#)), padronizou os armamentos de porte leve (pistolas calibre 9mm), especificando os modelos de armas a serem adotadas no âmbito da Polícia Federal, o que justifica atender a necessidade de padronização na instituição, conforme transcrito, *in verbis*:

**Portaria nº- 458, de 19 de outubro de 2007 (alterada pela Portaria DG/PF nº 16.733, de 19 de outubro de 2022)**

(...)

"Art. 1o- Padronizar, no âmbito do Departamento de Polícia Federal - DPF, como armamento leve de porte as pistolas calibre 9 x 19 mm, do fabricante GLOCK Ges.m.b.H.

Art. 2o- Definir os modelos G17, G19, G26, G43X e G43 como os que devem ser especificados para as próximas aquisições a serem realizadas pelo DPF."

(...)

### Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

### Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### Habilitação jurídica

8.13. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.14. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.14. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.15. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.16. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.17. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- 8.18. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.19. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 8.20. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).
- 8.21. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).
- 8.22. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 8.23. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.24. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.25. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.26. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 8.27. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.28. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.29. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.30. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.32. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 8.33. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- 8.34. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
- 8.35. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 8.35.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.35.2. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.35.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.35.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.36. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de .....% [até 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

8.37. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.38. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### Qualificação Técnica

8.39. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

8.40. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.41. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.42. Prova de atendimento aos requisitos contidos no item 4 do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar ([31681162](#)).

### 9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de USD 1.752.300,00 (um milhão, setecentos e cinquenta e dois mil e trezentos dólares) correspondente a R\$ 8.656.362,00 (oito milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, trezentos e sessenta e dois reais), conforme conversão câmbio contido no sítio <https://www.bcb.gov.br/conversao> , na data de 21/09/2023 de USD 1,00 = R\$ 4,94, passível de variação da moeda norte americana na data da licitação.

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União destinado à Polícia Federal.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: [...];

II) Fonte de Recursos: [...];

III) Programa de Trabalho: [...];

IV) Elemento de Despesa: [...];

V) Plano Interno: [...];

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### 11. ANEXOS

11.1. São partes integrantes deste Termo de Referência:

Anexo I - Estudo Técnico Preliminar ([31681162](#))

Anexo II - Portaria 130-2020-NTSENASP 001-2020 ([31697759](#))

Anexo III - Protocolo de Testes Recebimento Provisório ([31697764](#))

Anexo IV - Posição do Brasão da PF ([31697772](#))

<b>Integrante Requisitante Titular: LUCIAN RICARDO GUEDES FIDELIS</b> <b>Cargo: PERITO CRIMINAL FEDERAL</b> <b>Matrículas PF/SIAPE: 18.911/2990384</b> <b>Lotação: SECOL/DPC/CGPLAM/DLOG/PF</b> <b>Telefone: 2024-8417</b> <b>E-mail: lucian.lrgf@pf.gov.br</b>	<b>Integrante Requisitante Substituto: MAIKO PARENTE WATANABE TIDA</b> <b>Cargo: PERITO CRIMINAL FEDERAL</b> <b>Matrículas PF/SIAPE: 19.763/2154486</b> <b>Lotação: SECOL/DPC/CGPLAM/DLOG/PF</b> <b>Telefone: 2024-8417</b> <b>E-mail: maiko.mpwt@pf.gov.br</b>
<b>Integrante Técnico Titular: JULIANA LAURA ALVES PEREIRA MASCHWITZ</b> <b>Cargo: ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEDERAL</b> <b>Matrículas PF/SIAPE: 15.361/1557927</b> <b>Lotação: SEIP/DPC/CGPLAM/DLOG/PF</b> <b>Telefone: 2024-8417</b> <b>E-mail: juliana.jlap@pf.gov.br</b>	<b>Integrante Técnico Substituto: EDUARDO HOFMANN</b> <b>Cargo: AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL</b> <b>Matrículas PF/SIAPE: 18.942/1991191</b> <b>Lotação: SEIP/DPC/CGPLAM/DLOG/PF</b> <b>Telefone: 2024-8417</b> <b>E-mail: eduardo.ch@pf.gov.br</b>



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO HOFMANN, Agente de Polícia Federal**, em 24/11/2023, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCIAN RICARDO GUEDES FIDELIS, Chefe de Serviço**, em 24/11/2023, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA LAURA ALVES PEREIRA MASCHWITZ, Escrivão(a) de Polícia Federal**, em 24/11/2023, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE LUIS LIMA CARMO, Diretor(a)**, em 27/11/2023, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=32665998&crc=22598B73](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=32665998&crc=22598B73).

Código verificador: **32665998** e Código CRC: **22598B73**.

---

Referência: Processo nº 08200.006676/2023-67

SEI nº 32665998

---

Criado por [lucian.lrgf](#), versão 23 por [lucian.lrgf](#) em 24/11/2023 17:15:29.